

OPTIMIZE INVESTIMENTO SGPS



RELATÓRIO E CONTAS
BASE INDIVIDUAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2017



OPTIMIZE
Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2017	4
1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2017	11
1.3	Contas 2017	14
1.4	Conclusões	16
2	Demonstrações Financeiras	17
2.1	Balanço	18
2.2	Demonstração de Resultado	19
2.3	Demonstração de Rendimento Integral	20
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio	22
3	Anexos	23
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão	24
3.2	Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras	26
4	Certificação Legal das Contas	36

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2017

MERCADOS FINANCEIROS EM 2017

ECONOMIA MUNDIAL: MOVIMENTO DE INVERSÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS ACOMODATÍCIAS

O ano de 2017 pautou-se por performances bem positivas na generalidade das classes de ativos pelas várias regiões do globo. Este desempenho foi guiado pelos excelentes dados macroeconómicos, bons resultados empresariais e pela mitigação de riscos políticos em algumas regiões, nomeadamente no pós-Brexit e eleição do D. Trump assim como aos escrutínios franceses e alemães. Os dados macroeconómicos acabaram por imperar no comportamento dos investidores e reduzir os impactos políticos vindos de 2016. Para 2018, acreditamos que a atual conjuntura irá permitir um bom desempenho dos mercados financeiros embora venha a exigir um maior critério da seleção de ativos. Como temas dominantes, vamos ter os dados de inflação nos principais mercados desenvolvidos. Caso atinjam os níveis pretendidos, deverá acelerar o processo de reversão das políticas monetárias expansionistas por parte dos principais bancos centrais. Nos EUA, após as 3 subidas de 2017, a FED irá continuar a sua política de retirada de estímulos ao subir a sua taxa diretora provavelmente entre 2 a 3 vezes ao longo do ano de 2018. Na Europa, o processo de retirada de estímulos promovido pelo BCE está ainda no início, sendo que a redução do plano de compras mensais de ativos foi reduzida de 60M€ para 30M€ para o período de janeiro a setembro de 2018. É o mote para o início do ciclo de subidas da taxa diretora que deverá acontecer entre o final deste ano ou início do próximo. Ainda em contraciclo das entidades homólogas, a política monetária nipónica indicia prosseguir expansionista. Os seus decisores políticos vão continuar a pressionar a inflação com estímulos fiscais, promovendo a criação de emprego e subida salarial para fomentar o consumo. Os mercados emergentes deverão dar continuidade às excelentes performances do ano passado impulsionados pela depreciação do dólar, pela maior preponderância do setor tecnológico neste mercado e recuperação de algumas commodities.

AÇÕES: CRITERIOSIDADE NA SELEÇÃO DE ATIVOS

Os mercados de ações tiveram em 2017 um comportamento bastante positivo com a volatilidade apresentar níveis extremamente baixos, com os dados macroeconómicos a absorverem os impactos negativos, nomeadamente dos avanços e recuos da aprovação da agenda política da administração americana liderada por D. Trump e das tensões geo-políticas promovidos pelo regime norte coreano liderado por Kim Jong-un através de emissões de novos ensaios balísticos.

Após um ano em que os principais índices de ações europeias registaram variações entre 6.5% e 15% e os homólogos americanos assinalaram performances entre 19% e 28%, acreditamos que o otimismo irá perdurar impulsionada pela robustez dos principais dados macroeconómicos, nomeadamente no que concerne aos dados de crescimento, da manufatura e do emprego. No Japão, o índice de ações apresentou uma performance de 19%, onde o destaque foi para a re-eleição do primeiro ministro japonês com maioria parlamentar permitindo a estabilidade necessária para levar avante os seus planos para a reforma fiscal. Nos EUA, a redução considerável da taxa de imposto sobre as empresas americanas deverá entusiasmar os investidores. Na Europa, apesar da imprevisibilidade do próximo escrutínio italiano, os dados macro e empresariais deverão dar continuidade ao otimismo evidenciado no ano transato. Os mercados emergentes assinalaram um ano bastante positivo, com performances

atingir os 34% impulsionados pela conjuntura favorável nestas regiões, a expectativa é que prossigam com o mesmo ritmo ao longo do próximo ano.

Apesar do contexto desafiante em que muitos títulos e setores apresentam valorizações elevadas, recorrendo a uma seleção mais criteriosa, encontramos algumas oportunidades de investimento. Concretamente, no setor financeiro pela expectável subida de taxas de juros, no setor tecnológico pela capacidade disruptiva na agregação de bens e serviços tradicionalmente fornecidos por outros setores e na indústria automóvel pela prudência no nosso entendimento excessiva, à capacidade dos seus players em adaptarem-se aos desafios de transformação elétrica e de automação.

OBRIGAÇÕES: FINALMENTE A INVERSÃO NOS MERCADOS DE TAXAS

Ao longo dos últimos anos, os principais decisores monetários centraram os seus esforços em contrariar as taxas de inflação reduzidas e até negativas com “munições” nunca antes utilizadas, nomeadamente através de um enorme plano de compras de ativos, redução das taxas de juro diretoras para valores mínimos e com taxas de depósito atingirem níveis negativos. O ano 2017, já vislumbrou a luz ao fundo do túnel, com os dados macroeconómicos a indicarem que a inflação atinja a breve trecho os níveis pretendidos. Assim, os mercados começaram a antecipar esta tendência verificando-se subidas das yields nas emissões de Investment Grade em euros e dólares. Apesar da pressão sobre esta categoria de obrigações, não é alastrada às emissões High Yield e à generalidade da dívida emergente. Registou-se, portanto uma redução do spread das dívidas de elevado rendimento sobre as emissões de alta qualidade. As obrigações alemãs a 10 anos terminaram o ano com um rendimento de 0.42%, as congéneres americanas, estando mais avançados no processo de reversão, terminaram o ano com uma yield de 2.4%. Esta tendência de subida das yields deverá aumentar ao longo do ano de 2018. A dívida portuguesa destaca-se ao contrariar toda esta conjuntura devido ao upgrade promovido pela S&P em setembro para BBB- e pela Fitch em Dezembro para BBB. Contribuiu para uma redução da yield a 10 anos em 183 pontos base ao longo do último ano para 1.9%.

O ano de 2018 deverá continuar com o mesmo ritmo, no entanto encontramos oportunidades de investimento em dívida High Yield, na generalidade da dívida emergente e na dívida subordinada.

MATÉRIAS-PRIMAS: NOVO ANO POSITIVO

As matérias-primas registaram um ano extremamente positivo, dando continuidade às boas performances registadas em 2016. O grande destaque vai para o excelente comportamento do Cobre ao apresentar uma valorização de 32%. Esta performance deve-se à forte procura sobre esta matéria-prima essencial na indústria eletrónica.

DIVISAS: FORTALECIMENTO DO EURO

No último ano, o Euro apreciou-se significativamente face aos principais pares cambiais. Período marcado pela diminuição de riscos políticos proporcionado pela vitória do europeísta E. Macron nas eleições francesas. Adicionalmente, a robustez dos dados económicos permitiu reforçar os números do crescimento da região. Por outro lado, nos EUA assistiu-se ao longo do último ano, a uma instabilidade política, nomeadamente na implementação das medidas constantes na agenda política da administração liderada por D. Trump.

CONCLUSÃO

2017 foi um bom ano para a gestão de ativos num contexto de volatilidade extremamente baixa, com os riscos políticos mitigados no decorrer do ano onde o destaque positivo foi para o setor tecnológico e o negativo para o setor petrolífero. O tema da reversão das políticas expansionistas foi naturalmente a tônica dominante.

Para 2018 os dados macroeconómicos apresentam uma robustez ímpar espelhadas pelas taxas de crescimento do PIB, dados do emprego e pelo otimismo dos resultados empresariais. As atenções vão estar centradas nos dados da inflação e nas decisões dos principais bancos centrais, onde é expectável que as reduções dos estímulos vão sendo introduzidas ao ritmo da capacidade que o mercado irá demonstrar para as absorver e nunca de uma forma abrupta.

Existem, no entanto, várias incertezas que poderão levar a períodos de volatilidade nos mercados:

- Redução da Liquidez por parte dos Bancos Centrais, a FED começou a reduzir o seu balanço no final do último ano. O BCE poderá começar a iniciar a redução do seu balanço no último trimestre do ano.
- Intensificação das tensões geopolíticas com a Coreia do Norte, o regime de Pyongyang pautou por um comportamento desafiante perante as reivindicações externas na intenção de suspensão dos seus ensaios balísticos. Kim Jong-un tem se manifestado insensível a todas os avisos dos principais governos do globo, tendo o próprio D. Trump prometido uma reação com “fogo e fúria”.
- Tensões comerciais entre a União Europeia e a Grã-Bretanha num contexto de negociação das condições do Brexit, e entre os Estados-Unidos e os seus principais parceiros comerciais (México, China, Alemanha, ...).

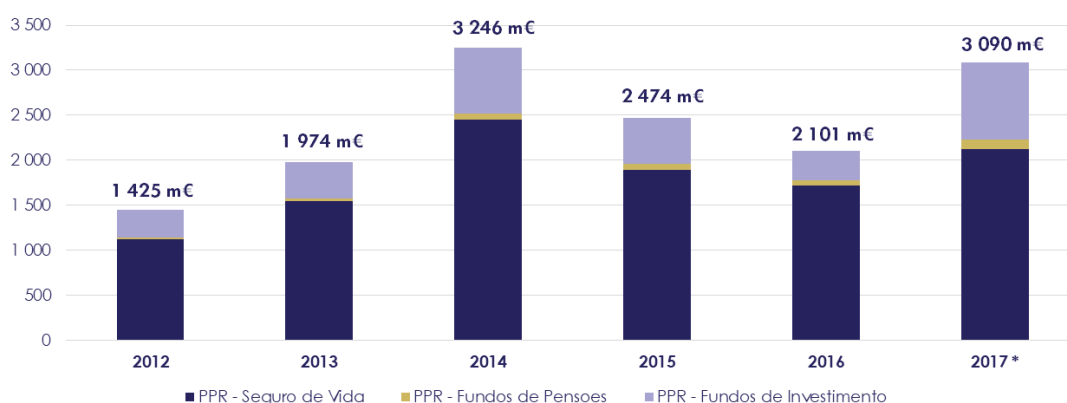
O MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA EM 2017

EVOLUÇÃO DO MERCADO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

No ano de 2017, a produção global de Planos Poupança Reforma, a qual contempla as subscrições em fundos PPR bem como as contribuições em fundos de pensões PPR e os prémios em seguros PPR, aumentou de 47% face ao ano anterior, sem no entanto atingir o nível recorde de 2014. Representou, no ano, um fluxo líquido 3 090 milhões de euros.

A quota da produção anual oriunda da indústria dos fundos de investimento mobiliário foi particularmente alta este ano, com um valor de 28%, acima da média de 22% constatada nos últimos 5 anos. Tal evolução pode explicar-se pelas fortes disparidades entre as taxas de rentabilidade dos últimos anos entre os fundos PPR e os seguros PPR.

PRODUÇÃO DE PPR –2012-2017



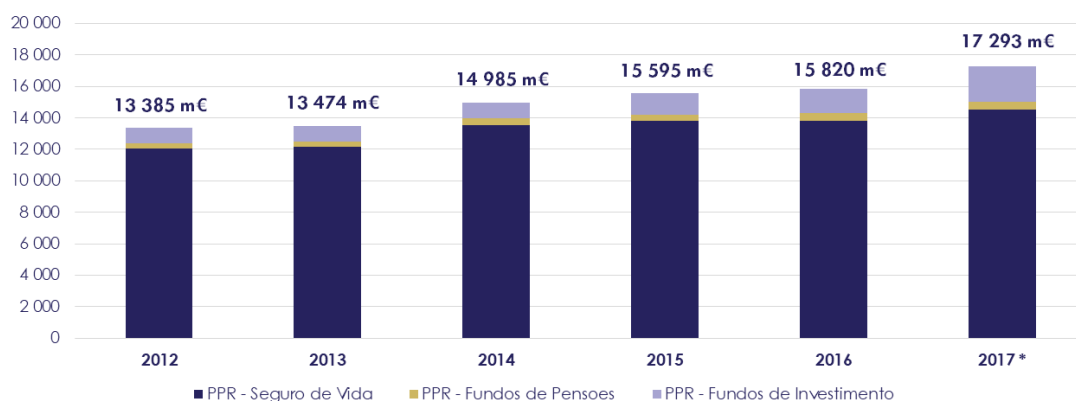
	2012	2013	2014	2015	2016	2017 *
PPR - Seguro de Vida	1 122	1 548	2 454	1 897	1 715	2 127
PPR - Fundos de Pensões	20	27	67	68	58	102
PPR - Fundos de Investimento	311	399	726	510	327	860
PRODUÇÃO	1 452	1 974	3 246	2 474	2 101	3 090

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e APFIPP – * Dados 2017: projeções Optimize

Em termos de ativos sob gestão, o mercado dos Planos Poupança Reforma atingiu em 2017 o nível recorde de 17 293 milhões de euros, dos quais:

- 84% (14 522 m€) em seguros PPR
- 3% (491 m€) em fundos de pensões PPR
- 13% (2 279 m€) em fundos de investimento mobiliário PPR

ACTIVOS GERIDOS PPR –2012-2017



	2012	2013	2014	2015	2016	2017 *
PPR - Seguro de Vida	12 052	12 148	13 558	13 789	13 837	14 522
PPR - Fundos de Pensões	353	365	421	425	446	491
PPR - Fundos de Investimento	980	961	1 006	1 381	1 537	2 279
ATIVOS SOB GESTÃO	13 385	13 474	14 985	15 595	15 820	17 293

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e CMVM – * Dados 2017: projeções Optimize

RENTABILIDADE DOS FUNDOS PPR NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Em 2017, destacaram-se os fundos geridos pela Optimize Investment Partners, que ocupam os primeiros lugares das suas categorias nos últimos 36 e 60 meses, em 29 de Dezembro:

29 de Dezembro de 2017		Rentabilidade Anualizada		
Nome		12 Meses	36 Meses	60 Meses
Risco 2				
F.I.M. Santander Poupança Prudente FPR		1,41	1,05	2,19
F.I.M. BPI Reforma Segura PPR		0,63	0,57	1,59
F.P. BBVA Prudente PPR		-0,98	-0,63	0,56
F.I.M. Bankinter PPR Obrigações		0,88	0,42	0,50
F.P. PPR Praemium S		-0,84	-0,60	-0,42
Risco 3				
F.P. PPR Vintage (+)		4,41	2,10	3,79
F.P. PPR 5 Estrelas		6,61	2,57	3,78
F.P. PPR Europa		2,16	1,76	3,08
F.I.M. IMGA Poupança PPR		2,68	1,61	2,85
F.I.M. Santander Poupança Valorização FPR		1,35	1,34	2,73
F.P. CVI PPR		1,65	1,44	2,59
F.P. PPR Garantia de Futuro (+)		2,99	1,11	2,49
F.P. Vanguarda PPR		1,25	1,20	2,36
F.P. PPR BNU Vanguarda		1,19	1,29	2,28
F.P. BBVA Equilibrado PPR		0,95	0,62	1,75
F.P. BPI Vida - PPR		0,89	0,17	1,64
F.I.M. BPI Reforma Investim. PPR		1,58	0,52	1,43
F.P. PPR SGF Garantido (+)		1,52	1,08	1,31
F.P. SGF Patr. Ref. Prudente PPR		1,81	-0,06	1,09
F.P. SGF Patr. Ref. Conservador PPR		0,50	-0,89	0,28
F.I.M. Bankinter PPR 20		2,23	0,42	
Risco 4				
F.I.M. NB PPR		9,29	6,26	6,96
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Acções		5,69	4,50	6,03
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Moderado		2,98	2,95	4,64
F.P. PPR Platinum		8,23	3,17	4,52
F.P. PPR Geração Activa		6,89	2,79	4,27
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado		3,39	3,15	4,07
F.P. PPR SGF Acções Dinâmico		3,90	4,01	3,73
F.P. PPR Praemium V		3,30	2,53	3,61
F.I.M. IMGA Investimento PPR Acções		4,04	1,55	3,59
F.I.M. Bankinter PPR Acções 55		5,73	2,22	3,34
F.P. BBVA Dinâmico PPR Acções		1,79	1,52	3,19
F.P. SGF Patr. Ref. Acções PPR		5,34	2,64	2,88
F.I.M. BPI Reforma Acções PPR		6,40	1,65	2,49
F.P. SGF Patr. Ref. Equilibrado PPR		2,87	0,67	1,32
F.P. PPR BIG Taxa Plus		8,76	3,95	
F.P. PPR BIG ACÇÕES ALPHA		3,31	1,67	
F.I.M. Bankinter PPR 35		3,22		
F.P. PPR SGF STOIK Acções		1,95		

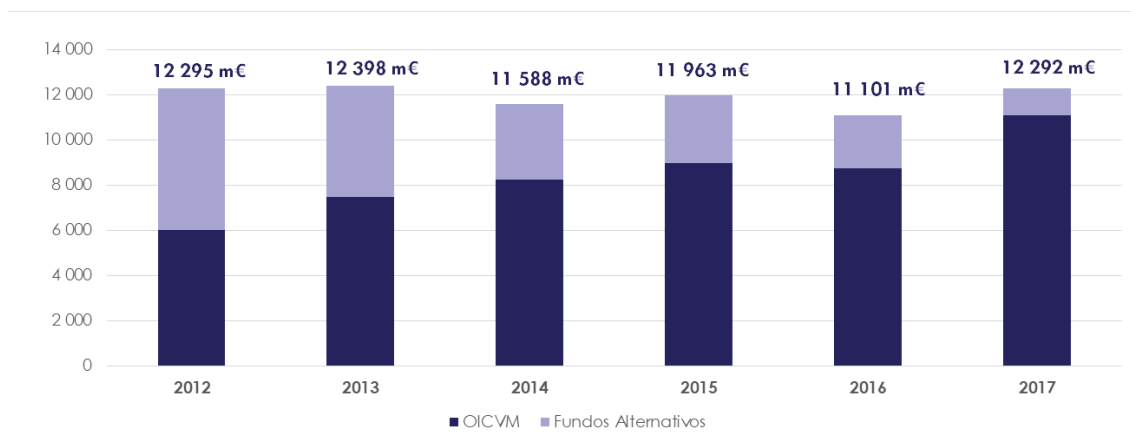
Rentabilidades anualizadas em 29 de Dezembro de 2017 - Fonte APFIPP

O MERCADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM 2017

No ano de 2017, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou um aumento do valor dos ativos sob gestão, cujo total voltou aos níveis de 2012 / 2013. Essa evolução deveu-se a dois fatores:

- Uma evolução favorável dos mercados financeiros, valorizando assim mecanicamente as carteiras dos fundos
- O regresso a um saldo positivo de subscrições líquidas, desde Abril de 2017, segundo as estatísticas da APFIPP

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – ACTIVOS SOB GESTÃO – 2012-2017



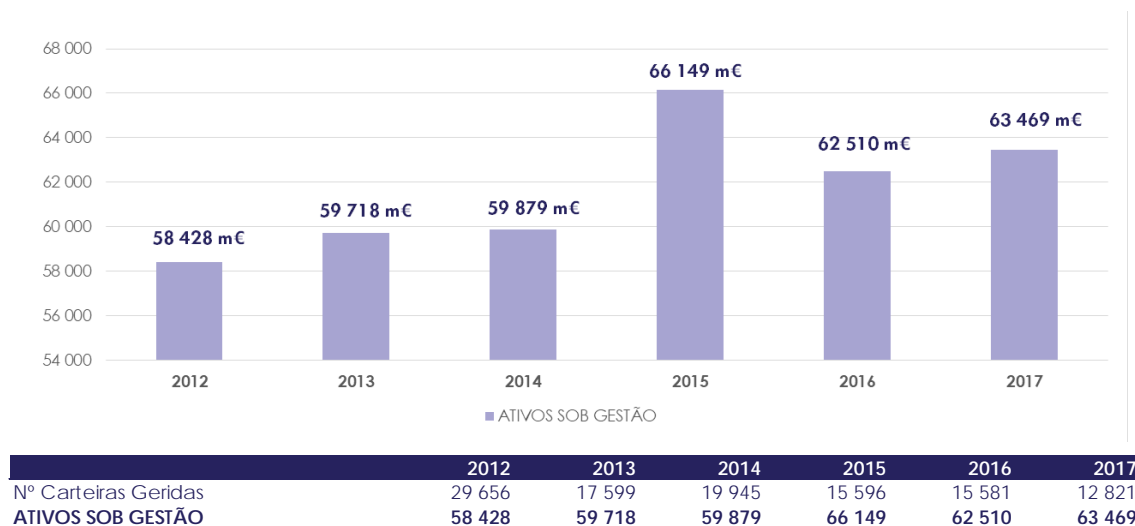
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
OICVM	6 001	7 471	8 226	8 959	8 745	11 107
Fundos Alternativos	6 294	4 927	3 362	3 004	2 356	1 185
TOTAL FUNDOS	12 295	12 398	11 588	11 963	11 101	12 292

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

O MERCADO DA GESTÃO DE PATRIMÓNIOS EM 2017

Em 2017, ao invés do que sucedeu no ano anterior, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) registaram um aumento ligeiro, de 2% face ao ano anterior. A indústria da Gestão de Patrimónios em Portugal acompanhou assim a evolução favorável dos mercados financeiros.

GESTÃO DISCRICIONÁRIA – ACTIVOS SOB GESTÃO – 2012-2017



Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

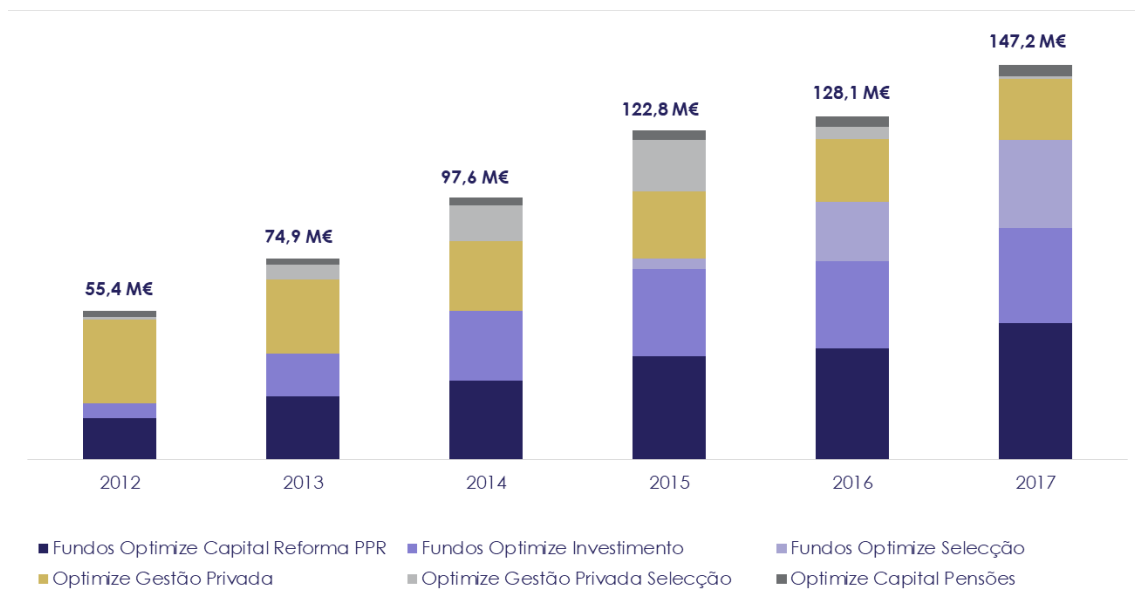
1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2017

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

EVOLUÇÃO DOS ACTIVOS GERIDOS

Em 2017, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução de +15%, subindo de 128,1 m€ a 31 de Dezembro de 2016 para 147,2 m€ a 31 de Dezembro de 2017.

ACTIVOS SOB GESTÃO – 2012-2017



	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	15 347 795	23 403 678	29 170 920	38 553 977	41 344 818	50 745 228
Fundos Optimize Investimento	5 538 763	16 032 363	26 132 371	32 552 923	32 685 097	35 651 054
Fundos Optimize Selecção	0	0	0	3 815 574	22 181 753	32 723 585
TOTAL FUNDOS	20 886 557	39 436 041	55 303 290	74 922 474	96 211 669	119 119 866
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	31 081 269	27 568 722	26 028 906	25 053 268	23 169 616	22 741 322
Optimize Gestão Privada Selecção	1 257 813	5 471 550	13 448 521	19 077 532	4 667 518	993 612
Optimize Capital Pensões	2 200 582	2 379 558	2 862 947	3 737 161	4 029 813	4 302 680
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	34 539 664	35 419 830	42 340 374	47 867 961	31 866 948	28 037 614
TOTAL	55 426 221	74 855 871	97 643 665	122 790 434	128 078 617	147 157 480

Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2017-2021 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão foi ultrapassado, ficando além dos valores previsionais em 4,3%, devido tanto à valorização dos ativos sob gestão no decorrer do exercício que à produção líquida do ano.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2017 – PREVISIONAL / REAL

	REAL	PREVISIONAL	DELTA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO			
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	50 745 228	47 352 655	7,2%
Fundos Optimize Investimento	35 651 054	35 822 409	-0,5%
Fundos Optimize Selecção	32 723 585	28 125 388	16,3%
TOTAL FUNDOS	119 119 866	111 300 452	7,0%
GESTÃO DE CARTEIRAS			
Optimize Gestão Privada	22 741 322	24 633 009	-7,7%
Optimize Gestão Privada Selecção	993 612	760 869	30,6%
Optimize Capital Pensões	4 302 680	4 433 409	-2,9%
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	28 037 614	29 827 286	-6,0%
TOTAL	147 157 480	141 127 738	4,3%

Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners – Previsional: cenário agressivo

PERFORMANCE DOS FUNDOS

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2017

Fundo	2017	DESDE INÍCIO / ANO	INÍCIO
Optimize Capital Reforma PPR Acções	5,70%	5,00%	25/09/2008
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	3,40%	4,50%	25/09/2008
Optimize Capital reforma PPR Moderado	3,00%	4,30%	19/08/2010
Optimize Investimento Activo	10,00%	5,80%	24/11/2008
Optimize Europa Valor	8,70%	5,00%	31/12/2010
Optimize Europa Obrigações	2,70%	5,30%	01/07/2013
Optimize Selecção Agressiva	9,20%	6,50%	02/11/2015
Optimize Selecção Base	4,90%	3,80%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva	2,10%	1,60%	02/11/2015

Em 2017, todos os fundos históricos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas. Todos registaram ainda muito boas performances desde a sua criação.

O fundo Optimize Europa Valor foi premiado pela Morningstar, em 2016 e 2017 na categoria “melhor fundo nacional de ações europeias”.

O fundo Optimize Investimento Activo foi premiado pela APFIPP / Jornal de Negócios em 2017 na categoria “melhor fundo flexível”.

Salienta-se ainda que os fundos PPR geridos pela Optimize Investment Partners continuam entre os melhores fundos PPR do mercado pelas performances nas suas respetivas categorias (ver quadro página 8).

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o ano de 2017, a produção líquida atingiu 12 721 529€, representando um regresso a níveis comparáveis com a média dos últimos anos, após um ano de 2016 muito fraco.

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Capital Reforma PPR (+7 322 680€) e Optimize Selecção (+5 085 088€).

PRODUÇÃO – 2012-2017

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	1 640 733	6 658 497	4 367 688	6 433 654	1 670 415	7 322 680
	3 404 808	8 174 679	7 186 039	9 989 988	5 130 632	9 531 505
Fundos Optimize Investimento	-2 492 923	3 869 099	6 894 795	2 362 742	-664 073	1 157 916
	1 391 854	4 263 445	8 402 514	4 200 548	1 687 620	3 181 856
Fundos Optimize Selecção	0	0	0	909 555	3 259 774	5 085 088
	0	0	0	906 096	4 549 713	7 111 339
TOTAL FUNDOS	-852 190	10 527 596	11 262 482	9 705 951	4 266 117	13 565 684
	4 796 662	12 438 124	15 588 554	15 096 632	11 367 966	19 824 699
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	3 606 755	-3 645 905	-3 647 062	-625 050	-2 235 611	-766 850
	22 333 908	6 638 194	4 368 490	1 200 959	453 676	1 284 376
Optimize Gestão Privada Selecção	1 240 276	3 903 801	6 981 936	8 465 398	-545 251	-169 004
	1 240 584	4 068 433	7 333 986	9 437 475	234 085	4 952
Optimize Capital Pensões	38 709	1 336	278 780	703 247	145 509	91 698
	113 157	96 186	610 708	817 963	307 656	363 642
TOTAL GESTÃO PRIVADA	4 885 740	259 232	3 613 654	8 543 595	-2 635 353	-844 155
	23 687 649	10 802 813	12 313 184	11 456 396	995 417	1 652 970
TOTAL	4 033 550	10 786 828	14 876 136	18 249 545	1 630 764	12 721 529
	28 484 311	23 240 937	27 901 737	26 553 028	12 363 383	21 477 669

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

PERSPETIVAS PARA 2018

Em 2018, a Optimize Investment Partners entende continuar a dinamizar a sua produção através de canais digitais, campanhas online e nas redes sociais.

1.3 Contas 2017

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A Optimize Investimento SGPS, SA realizou em 2017 um Produto Bancário de 382 612,51€, e um resultado líquido de **377 601,81€**, que se deve no essencial ao pagamento de dividendos e adiantamento de lucros por parte da participada Optimize Investment Partners.

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
Juros e encargos similares	0,00 €	0,00 €
Margem Financeira	0,00 €	0,00 €
Rendimentos de instrumentos de capitais	383 706,01 €	289 040,73 €
Encargos com serviços e comissões	92,50 €	87,50 €
Outros resultados de exploração	-1 001,00 €	-1 000,80 €
Produto bancário	382 612,51 €	287 952,43 €
Gastos gerais administrativos	5 010,70 €	5 510,54 €
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	377 601,81 €	282 441,89 €
Impostos	0,00 €	0,00 €
Resultado após impostos	377 601,81 €	282 441,89 €

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A empresa dispunha no final de 2017 de uma tesouraria de **17 606,95 €**.

	2017	2016
Depósitos à ordem	17 606,95 €	190 000,04 €
BPI	17 606,95 €	190 000,04 €

PERSPETIVAS FUTURAS

Não se perspetivam para 2018 alterações significativa na atividade da sociedade, que irá manter um nível de despesa residual, e deverá manter inalteradas as suas participações financeiras.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, 377 601,81€, seja aplicado da seguinte forma:

- 37 760,18€ (ou seja 10%) para Reserva Legal
- 339 841,63€ (ou seja 90%) para Dividendos

1.4 Conclusões

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2017, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2016 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

Lisboa, 27 de Março de 2018

Pela Administração

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016, EM EUROS

				EUR
	2017		2016	
Ativo	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
	1	2	3 = 1 - 2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	0,00		0,00	0,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17 606,95		17 606,95	190 000,04
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
Outros ativos financeiros ao justo valor através de result.	0,00		0,00	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 323,00		16 323,00	15 477,65
Aplicações em instituições de crédito	0,00		0,00	0,00
Crédito a clientes	0,00		0,00	0,00
Investimentos detidos até à maturidade	0,00		0,00	0,00
Ativos com acordo de recompra	0,00		0,00	0,00
Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00		0,00	0,00
Propriedades de investimento	0,00		0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	0,00		0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00		0,00	0,00
Investimentos em associadas e filiais	1 397 149,59		1 397 149,59	1 256 454,99
Ativos por impostos correntes	0,00		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00		0,00	0,00
Outros ativos	6 261,28		6 261,28	5 496,69
Total de Ativo	1 437 340,82		1 437 340,82	1 467 429,37

			EUR
	2017		2016
Passivo			
Recursos de bancos centrais	0,00		0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0,00		0,00
Recursos de outras instituições de crédito	0,00		0,00
Recursos de clientes e outros empréstimos	0,00		0,00
Responsabilidades representadas por títulos	0,00		0,00
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	0,00		0,00
Derivados de cobertura	0,00		0,00
Passivos não correntes detidos para venda	0,00		0,00
Provisões	0,00		0,00
Passivos por impostos correntes	0,00		0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00		0,00
Instrumentos representativos de capital	0,00		0,00
Outros passivos subordinados	0,00		0,00
Outros passivos	23 379,36		4 842,65
Total de Passivo	23 379,36		4 842,65
Capital			
Capital	898 760,00		898 760,00
Prémios de emissão	29 267,31		29 267,31
Outros instrumentos de capital	0,00		0,00
Ações próprias	0,00		0,00
Reservas de reavaliação	7 745,82		1 469,07
Outras reservas e resultados transitados	100 586,52		250 648,45
Resultado do exercício	377 601,81		282 441,89
Dividendos antecipados	0,00		0,00
Total de Capital	1 413 961,46		1 462 586,72
Total de Passivo e Capital	1 437 340,82		1 467 429,37

2.2 Demonstração de Resultado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016, EM EUROS

EUR

	2017	2016
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Juros e encargos similares	0,00	0,00
Margem financeira	0,00	0,00
Rendimentos de instrumentos de capital	383 706,01	289 040,73
Rendimentos de serviços e comissões	0,00	0,00
Encargos com serviços e comissões	92,50	87,50
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor	0,00	0,00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial	0,00	0,00
Resultados de alienação de outros activos	0,00	0,00
Outros resultados de exploração	-1 001,00	-1 000,80
Produto bancário	382 612,51	287 952,43
Custos com pessoal	0,00	0,00
Gastos gerais administrativos	5 010,70	5 510,54
Amortizações do exerício	0,00	0,00
Provisões líquidas de reposições e anulações	0,00	0,00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e a receber de outros devedores	0,00	0,00
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	0,00	0,00
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	377 601,81	282 441,89
Impostos		
Correntes	0,00	0,00
Diferidos	0,00	0,00
Resultado após impostos	377 601,81	282 441,89
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	0,00	0,00

2.3 Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016, EM EUROS

EUR

Rúbricas	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do período	377 601,81	282 441,89
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	6 276,75	2 755,65
Imposto Diferido	0,00	0,00
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0,00	0,00
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	383 878,56	285 197,54

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 2017 E 2016, EM EUROS

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros recebidos	0,00	0,00
Comissões recebidas	0,00	0,00
Pagamento de juros	0,00	0,00
Pagamento de comissões	-103,83	-103,83
Pagamentos a empregados	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-5 798,56	-3 629,00
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-19 895,68	-11 861,95
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	0,00	0,00
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	0,00	-78,49
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-850,00	-934,00
	-26 648,07	-16 607,27
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de ativos financeiros	0,00	45 991,42
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00
Juros e proveitos similares	0,00	0,00
Dividendos	260 136,66	180 916,89
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros	0,00	0,00
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00
Juros e proveitos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
	260 136,66	226 908,31
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios de doações	0,00	0,00
Vendas de acções próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortizações de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	0,00
Dividendos	-405 881,68	-122 451,24
Reduções de capital e prestações suplementares	0,00	0,00
Aquisições de acções próprias	0,00	0,00
	-405 881,68	-122 451,24
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-172 393,09	87 849,80
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	190 000,04	102 150,24
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	17 606,95	190 000,04

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2017 E 2016, EM EUROS

	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas de justo valor	Outras Reservas	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2015 Reexpresso	898 760,00	29 267,31	34,06	-1 286,58	125 407,55	0,00	-19 981,27	289 238,40	1 321 439,47
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2015			25 817,39		292 140,55		-28 719,54	-289 238,40	0,00
Aumento de capital social									
Aquisição de ações próprias									
Efeito de valorização de títulos detidos 2016				2 755,65					2 755,65
Resultado líquido de 2016								282 441,89	282 441,89
Dividendos recebidos					-180 916,89		180 916,89		0,00
Distribuição de dividendos							-132 356,44		-132 356,44
Outros itens					-11 693,85				-11 693,85
Saldos em 31/12/2016	898 760,00	29 267,31	25 851,45	1 469,07	224 937,36	0,00	-140,36	282 441,89	1 462 586,72
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2016			28 244,19		260 136,66		-5 938,96	-282 441,89	0,00
Aumento de capital social									
Aquisição de ações próprias									
Efeito de valorização de títulos detidos 2017				845,35					845,35
Resultado líquido de 2017								377 601,81	377 601,81
Dividendos recebidos					-260 136,66		260 136,66		0,00
Distribuição de dividendos					-189 999,97		-254 197,70		-444 197,67
Outros itens					17 125,25				17 125,25
Saldos em 31/12/2017	898 760,00	29 267,31	54 095,64	2 314,42	52 062,64	0,00	-140,36	377 601,81	1 413 961,46

| 3 ANEXOS

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Ahrens Esteves
Secretário	Maria Teresa Torres

Conselho de Administração

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Ricardo Manuel Cabral Eugénio Palomino Rabanal

Fiscal Único

Fiscal Único	CFA – Cravo, Forte, Antão e Associados, SROC, LDA, representada por Avelino Azevedo Antão
Suplente do Fiscal Único	Armando Jorge de Almeida Tavares, ROC

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Membro do Conselho de Administração	Ações detidas em 31/12/2016	Movimento em 2015	Ações detidas em 31/12/2017
José Santos Teixeira	0	0	0
Diogo Santos Teixeira	0	0	0
Claire Moulard Teixeira	0	0	0
Ricardo Manuel Cabral	8.893	0	8.893
Eugénio Palomino Rabanal	1.482	0	1.482

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de Dezembro de 2017, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
JCD Invest SGPS, Lda	64.955	72,3%
Ricardo Cabral	8.893	9,9%
Financière de l'Intendance EURL	5.929	6,6%
SCP CDCMT	1.887	2,1%
António Esteves	1.482	1,6%
Tiago de Matos	1.482	1,6%
Eugénio Palomino	1.482	1,6%
Marc Renaud	1.076	1,2%
Acofi Participations SARL	1.076	1,2%
SPAC - Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	538	0,6%
Teresa Torres	538	0,6%
Vista Aerea - Empreendimento Imobiliarios, S.A.	538	0,6%
	89.876	100%

3.2 Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Optimize Investimento, SGPS, SA foi constituída em 19 de Março de 2007, tendo como principal atividade a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Optimize, o qual em 31 de Dezembro de 2017 é constituído por:

- Optimize Investment Partners SGFIM SA, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 450.771,71€
- Optimize Mediação de Seguros Lda, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 10.000,00€

A Sociedade está registada, enquanto Instituição Financeira, sob o nº de registo 1003 no Banco de Portugal.

BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso 13/2005 e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, alteradas pela Instrução 28/2009 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Em 2017, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas.

NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2017

Políticas contabilísticas mais significativas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

A) INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros estão valorizados pelo método de equivalência patrimonial.

B) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

C) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

D) IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

O valor total de prejuízos fiscais da Optimize Investimento SGPS não deu lugar ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo porque não ser expectável auferir nos próximos exercícios de lucros suficientes para o aproveitamento desses impostos diferidos.

F) ACONTECIMENTOS SUPERVENIENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam á data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 1 - DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Depósitos à Ordem	17 606,95	190 000,04
BPI	17 606,95	190 000,04

NOTA 2 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2016	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Justo valor a 31.12.2017
Optimize Selecção Defensiva Categoria A	5 062,05	0,00	0,00	108,50	0,00	5 170,55
Optimize Selecção Defensiva Categoria B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Optimize Selecção Base Categoria A	5 171,20	0,00	0,00	252,65	0,00	5 423,85
Optimize Selecção Base Categoria B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Optimize Selecção Agressiva Categoria A	5 244,40	0,00	0,00	484,20	0,00	5 728,60
Optimize Selecção Agressiva Categoria B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	15 477,65	0,00	0,00	845,35	0,00	16 323,00

NOTA 3 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E FILIAIS

Os investimentos em associadas e filiais da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

	2017	2016
Investimentos em associadas e filiais	1 397 149,59	1 256 454,99
Optimize Investment Partners, SGFIM, SA	1 366 395,88	1 222 895,43
Optimize Mediação de Seguros, Unipessoal,Lda	30 753,71	33 559,56

NOTA 4 - ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Ativos por impostos correntes	0,00	0,00
IRC a recuperar	0,00	0,00

NOTA 5 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outros ativos	6 261,28	5 496,69
Setor público administrativo	3 748,00	3 898,00
IRC - PEC	3 748,00	3 898,00
Despesas com encargo diferido	0,00	71,94
Outras despesas com encargo diferido	0,00	71,94
Devedores diversos	0,00	0,00
Optimize Investment Partners	0,00	0,00
Optimize Mediação de Seguros	0,00	0,00
Outras contas de regularização	2 513,28	1 526,75
IVA a receber	2 513,28	1 526,75

NOTA 6 – OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outros passivos	23 379,36	4 842,65
Credores - Setor público administrativo	14 751,38	0,00
Retenção de impostos na fonte	14 751,38	0,00
Credores por fornecimento de bens	2 706,00	2 779,80
Outros Credores	5 856,78	2 002,85
Empresas do grupo	25,00	0,00
Juros, dividendos e outras remunerações de capital	5 831,78	2 002,85
Outros credores	0,00	0,00
Encargos a pagar	65,20	60,00
Outros encargos a pagar	65,20	60,00
Outras contas de regularização	0,00	0,00
IVA a pagar	0,00	0,00

NOTA 7 - CAPITAL

O capital social é constituído por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada, perfazendo assim um capital de 898.760 euros totalmente realizado em dinheiro.

NOTA 8 - PRÉMIO DE EMISSÃO

A reserva prémios de emissão resultou do aumento de capital realizado no ano de 2007 o qual foi efetuado com um prémio de emissão de 1.025.592 €, e da transferência, em 2013, do Resultado do exercício 2012, -626.038,67€, juntamente com os resultados transitados -370.286,02, para a conta de Prémios de Emissão.

NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outros resultados de exploração	-1 001,00	-1 000,80
Outros encargos e gastos operacionais	-1 000,00	-1 000,00
Imposto selo e outros impostos	-1,00	-0,80
Outros rendimentos e receitas operacionais	0,00	0,00
Outros - prestação de serviços intra-grupo	0,00	0,00

NOTA 10 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	2017	2016
Gastos Gerais Administrativos	5 010,70	5 510,54
Gastos gerais com Serviços	5 010,70	5 510,54
Com fornecimentos	0,00	0,00
Material de expediente diverso	0,00	0,00
Comunicações	311,94	396,54
Serviços especializados	4 698,76	5 114,00
Outras Avenças	4 481,76	4 900,00
Judiciais, contencioso, notariado e outros	217,00	214,00
Outros serviços	0,00	0,00

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de €2.200,00€ e constam da rubrica Serviços Especializados.

NOTA 11 - RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor de 382 612,51€ referente a 2017 corresponde ao resultado líquido de 2017 das duas participadas, Optimize Investment Partners SGFIM SA e Optimize Mediação de Seguros Unipessoal Lda, calculado pelo método da equivalência patrimonial.

VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 0.

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Não ocorreram movimentos nesta rubrica durante o exercício.

PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Empresas do Grupo	Capital Social	Valor de Aquisição	Fracção %	Resultado em 2017	Cap. Próprios em 31.12.2017
OPTIMIZE – Mediação de Seguros Unipessoal, Lda Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º, Lisboa	10 000,00 €	10 000,00 €	100%	6 016,88 €	30 753,71 €
Optimize Investment Partners, SGFIM, SA Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º, Lisboa	450 771,71 €	1 000 000,00 €	100%	377 689,13 €	1 029 811,35 €

FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social de 898.760 Euros foi integralmente realizado em dinheiro.

NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 898.760 Euros está representado por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade JCD Invest, SGPS, Lda, contribuinte 508 002 052, com sede em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, 21, 4º, detém 64.955 ações do capital da Optimize Investimento SGPS, SA a que corresponde uma participação de 72,3%.

RISCOS DA SOCIEDADE

Dado a sociedade não ter atividade operacional própria, o principal risco considerado como material reside no risco de desvalorização das participações financeiras da sociedade em outras empresas.

SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE ENTIDADES DO GRUPO

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investment Partners
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2016	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2017	0,00	-25,00

O saldo final a 31 de Dezembro de 2017 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Investimento SGPS corresponde ao custo de uma consulta de certidão permanente realizada pela Optimize Investment Partners faturada à Optimize Investimento SGPS, pelo valor de 25,00€.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2017

Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas – Alterações à IAS 12 (Regulamento 2017/1989, de 6 de novembro de 2017)

Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7

Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR EM EXERCÍCIOS COM INÍCIO EM OU APÓS 01 DE JANEIRO DE 2018

IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro de 2017)

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 – Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 – Locações Operacionais – Incentivos; e SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro de 2017)

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros – Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro de 2017)

Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD” (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE” (IFRIC) E AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações – Alterações à IFRS 2

Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

MELHORAMENTOS ANUAIS: CICLO 2014-2016

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
- IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Adoção da IFRIC 22: Foreign Currency Transactions and Advance Considerations

A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Transferências de Propriedades de Investimento – Alterações à IAS 40

As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

Adoção da IFRIC 23: Uncertainty over Income Tax Treatments

Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas na contabilização dos impostos sobre o rendimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

IFRS 17: Contratos de Seguros

A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa

Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em

ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

MELHORAMENTOS ANUAIS: CICLO 2015-2017

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- IAS 23 Custos de empréstimos obtidos

Estas emendas serão aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OPTIMIZE INVESTIMENTO – SGPS, S.A.**, (adiante designada por Entidade), que compreendem o balanço em trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, (que evidencia um total de 1.437.340,82 euros e um total de capital próprio de 1.413.961,46 euros, incluindo um resultado líquido de 377.601,81 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade, em trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 28 de março de 2018

CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda. (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 589)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos

Exmos. Senhores Acionistas e

Exmo. Conselho de Administração da

OPTIMIZE INVESTIMENTO – SGPS, S.A.

Nos termos da Lei e do mandato que V. Exas. nos conferiram, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o relatório da nossa ação fiscalizadora exercida durante o exercício de dois mil e dezassete e o parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, relativos àquele exercício, que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da Empresa.

No âmbito das nossas funções:

- a) Acompanhámos o desenvolvimento da atividade social da Empresa através, nomeadamente, de contatos regulares com membros do Conselho de Administração, da leitura das atas das suas reuniões, bem como mediante sessões de trabalho com os responsáveis das principais áreas funcionais;
- b) Analisámos também a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pelos serviços e verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- c) Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e passivos pertencentes ou assumidos pela Empresa, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e bases de mensuração adotados, que se encontram suficientemente expressos no Anexo às contas;
- d) Desenvolvemos os procedimentos de revisão de contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência,
- e) Elaborámos, na qualidade de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a Certificação Legal das Contas, e que para todos os efeitos faz parte integrante deste mesmo Relatório.



Como corolário da atividade que desenvolvemos e, em especial, da apreciação dos documentos de prestação de contas, constatámos que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos exigidos pela Lei;
- b) Não tomámos conhecimento de quaisquer violações da Lei ou do contrato de sociedade.

Ponderado tudo o que antecede e a observância legal e estatutária somos de

PARECER

Que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de dois mil e dezassete apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados constante do mesmo Relatório;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Finalmente, o Fiscal Único não quer deixar de assinalar que no exercício das suas funções contou com a melhor colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços, que sempre lhe deram o apoio conveniente ao exercício das suas funções.

Aveiro, 28 de março de 2018

O Fiscal Único

CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC., Lda. (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 589)